



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA,  
REDAÇÃO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2025.**

**AUTORIA: MESA DIRETORA.**

**ASSUNTO: ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 2020/2023.**

EMENTA: PR Nº 008/25 – MESA DIRETORA – ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 2020/2023 – LEGALIDADE. PROSSEGUIMENTO.

Trata-se de Projeto de Resolução (de nº 008/2025), o qual Institui a Frente Parlamentar para tratar das ações que irão fomentar o desenvolvimento econômico e cultural do Centro de Macaé. Vindo o mesmo a esta CCJ, passa a mesma – no uso de suas atribuições e competências regimentais, *ex vi* do **art. 26, I, e III, do Regimento Interno** – a opinar acerca do mesmo, via parecer com vistas à análise de sua constitucionalidade e legalidade, conforme a seguir:

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Macaé – RJ, o projeto em tela segue os moldes dos artigos 9º, I e IV, c/c 113, IV, c/c 165, I e seguintes, quanto à iniciativa da Mesa desta Casa e quanto ao tema, e trata-se da modalidade de proposição prevista no art. 113, IV; já no tocante à redação e à técnica legislativa, cumpre os requisitos do § 2º do referido art. 113 – no que também se baliza no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98. Outrossim, está amparado pelo art. 11, I, c/c art. 69, V, da Lei Orgânica Municipal – LOM (de modo que tais artigos permitem respectivamente ao Município legislar sobre interesse local e via proposição de resoluções – por parte do Legislativo –, tudo o que é o caso).

Desta feita, quanto aos fins a que se destina, o PR em comento preenche os requisitos da norma de regência quanto à constitucionalidade e à legalidade, sem prejuízo de servir ao interesse público e da correta redação e técnica legislativa, tal como cabia opinar quanto ao art. 26, I, e III do RI desta Casa.

Por conseguinte, não se vislumbra óbice algum quanto à iniciativa do referido projeto. Assim, estando a matéria em conformidade com os ditames legais, na forma do art. 26 c/c art. 35, I do Regimento Interno, esta Comissão **opina pelo PROSSEGUIMENTO** e



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Macaé  
Macaé Capital da Energia  
Lei Estadual nº 6.081 de 21/11/2011

consequente debate e votação em plenário desta Casa, uma vez que preenche os requisitos necessários para sua tramitação.

Sala das Comissões, 25 de Novembro de 2025.

**Denis Marques Ribeiro Madureira Sabino**

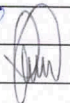
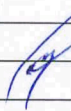

Vereador

Relator



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Macaé  
Macaé Capital da Energia  
Lei Estadual nº 6.081 de 21/11/2011

Vereador	Membros	Voto do Parecer	Assinatura
Professor Michel	Presidente	(X) De Acordo ( ) Contrário	
Denis Madureira	Relator	(X) De Acordo ( ) Contrário	
Rond Macaé	Titular	(X) De Acordo ( ) Contrário	
Manu Rezende	Suplente	( ) De Acordo ( ) Contrário	

Parecer: ( ) Aprovado ( ) Rejeitado